


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1001212-97.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo - DIREITO CIVIL**
 Requerente: **Maria do Socorro Carvalho Rocha**
 Requerido: **Joaquim Garcia dos Santos**

C O N C L U S ã O

Em 03 de abril de 2017, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, DraFlávia de Almeida Montingelli Zanferdini-Juiz de Direito

Vistos.

Maria do Socorro Carvalho Rocha, já qualificado(a) nos autos, ajuizou Ação de Despejo por Falta de Pagamento c.c. Cobrança de Alugueres em face de **Joaquim Garcia dos Santos**, também já qualificados, alegando, em síntese, que locou aos requeridos, o imóvel situado nesta cidade, na Rua Giuseppe Broggio, 68, nesta cidade, pelo aluguel mensal de R\$650,00, mais encargos da locação. Esses encargos de locação nunca foram pagos, havendo débito em aberto no valor de R\$902,61. Também há débitos de energia elétrica. O contrato está, ademais, desprovido de caução. Pediu medida liminar de despejo. Requereu, ainda, tendo em vista que a locação se deu por prazo determinado, que o réu desocupasse o imóvel, em janeiro de 2017, mas ele não o fez.

A medida liminar foi indeferida (fls.21).

O réu foi regularmente citado, mas não apresentou defesa e tampouco requereu prazo para purgação da mora (certidão de fls.29).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgamento antecipado da lide, dada a revelia, art.355, II, NCPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

O pedido procede. Havendo revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art.344, NCPC), notadamente a existência de locação e o atraso no pagamento de encargos da locação.

Tais fatos acarretam a consequência jurídica do despejo.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente o pedido**. Em consequência, decreto o despejo, declarando rescindido o contrato de locação e assinalando aos réus o prazo de 15 dias para desocupação voluntária (art.63, b, da Lei de Locação), sob pena de despejo coercitivo.

Condeno o requerido a pagar à parte autora, os encargos discriminados (fls.19 e 20), mais os que se vencerem até a data da efetiva desocupação, devidamente corrigidos, além das custas e honorários advocatícios, já fixados em 20% do débito.

Para a hipótese de execução provisória, desnecessária a oferta de caução (art.64, caput, da Lei de Locações).

Oportunamente, apresente a autora conta de liquidação.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 03 de abril de 2017

Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**